



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º

DESPACHO:

em de de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO Nº 176 DE 1912

SINOPSE

Projeto N.º _____ de _____ de 19 _____

Emenda: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em de _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____

boa emenda, vai, encaminhada a 2ª mesa
Comissão de Educação e Cultura.

28.10.48



CAMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 756 — 1947

Denomina língua brasileira o chamado idioma nacional

(A Comissão de Educação)

Art. 1.º Passa a denominar-se língua brasileira o chamado idioma nacional.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1947. — *Altamirando Requião*.

Justificativa

De tal modo se dissocia entre nós com particularismos supinos de análise empírica, o sentido de "língua" do sentido de "fonética", ao mesmo tempo que, praticamente, ninguém cuida de dar a essa dissociação um sentido prático ou um fundamento objetivo, — que não podemos furtar-nos ao desejo de perguntar a esses xadrezistas de noções teóricas, inventores de tal dissociação, que sentido atribuem, em última análise, ao termo FONÉTICA. Antecipando-nos à sua resposta, enfileiramos, com a nossa pergunta, as seguintes proposições:

a) Se a nossa pronúncia não é mais nem será jamais a dos portugueses, que é que vamos fazer com ela? Os portugueses continuam disciplinando sua "fala" segundo "padrões" orais. — Onde é que não se faz assim? Em todas as nações existem diferenças dialetais de fonética. Podemos dizer das de Portugal o mesmo que disse Navarro Tomás das de Espanha. Diz ele: "Más aún en España que en América existen variedades regionales fonéticas que llegan en muchos casos hasta hacer que se diferencien por la pronunciación

pueblos de una mesma comarca". Com isto concorda Avelino Herrero Mayor. (*Lengua, Diccionario y Estilo*, 116). Melhor ainda se expressa Ramón Menéndez Pidal: "En los estrechos límites de la Península, desde Asturias a Cádiz, hay una cantidad de variedades de lenguaje español que estimo más destacadas y mayores en número que en toda la gran extensión del continente americano, desde Nuevo Méjico al estrecho de Magallanes; y agregando además que las variedades del español peninsular y trasatlántico son menores que las del francés o el italiano, con tener éstos una extensión geográfica incomparablemente menor". (*La Lengua de Cristobal Colon*, 110).

Isso não obstante, existem, em todas as nações aludidas, "padrões orais" de "boa pronúncia" que são capazes de influir nas diferenças locais, porque estão social, cultural e economicamente correlacionados, em intercâmbio vivo, com as províncias e os centros culturais, sobretudo a capital, de cada uma das ditas nações. E há um prestígio que se funda em valores históricos vigentes e mantém essas diferenças em nível inferior, criando no homem comum o desejo de uma ascensão social. E há um patriotismo que vigia e alimenta esse prestígio. Afinal: há um sistema vivo e vigente de valores que promove na alma de cada um de tais povos um sentido de constelação chelo de

vantagens espirituais e materiais, presentes e futuras, e este sistema vivo e vigente, de ação subconsciente e consciente, permanentemente presente no todo e em cada elemento que o constitui, é que define, objetivamente, o sentido, a conveniência, a desejabilidade e a possibilidade de uma unidade em marcha para cada "língua nacional" européia.

E' preciso, então, dar-se um "conteúdo" análogo ao sentido de unidade gramatical da língua *luso-brasileira*. Se, no presente, o esforço do Brasil, no plano consciente, como no plano inconsciente de sua população, é para realizar-se dentro de uma unidade social, espiritual, política, econômica, literária, — e isto por uma tendência natural herdada de nossos antepassados e também por força de um sentimento profundo de "economia espiritual", porque unidade supõe organização e organização supõe economia; — e se é lei da natureza buscarem os seres vivos, immanentemente, a diferenciação de suas formas e funções, para melhor execução do seu destino, — cumpre aos defensores da língua gêmea, — a luso-brasileira, — apontar o conteúdo harmônico, atual e vigente, — desejável e possível, também, no que ainda não se consumou, — que há de servir de conteúdo para o ideal de unidade linguística para o Brasil e Portugal.

O que sabemos é que não há uma simples modalidade fonética portuguesa que tenha em si a virtude de vencer qualquer de nossas diferenciações fonéticas nem uma simples modalidade fonética de nossa fala capaz de saltar os mare e entrozar-se no sistema fonético português. E cada dia essa impossibilidade se alargará e afundará mais, assim em nós, como nos portugueses.

Essa "ausência" de laços atuais e sobretudo a falta absoluta de um comum *vir-a-ser* das duas falas, — a nossa e a portuguesa, — colocam os defensores da língua comum luso-brasileira fora do campo da realidade, do tempo, do espaço e da ciência. E sobretudo, do ideal. Só a poderíamos definir em sentido retroativo.

E o que mais estranhável se dá nessa campanha estéril é o fato de, admitindo a invencibilidade atual e futura de nossas diferenças fonéticas, os defensores daquela unidade linguística inter-atlântica descurarem de modo irritante o trabalho de nossa disciplina fonética. Não se interes-

os "padrões vivos" nem se importam de repetir, servilmente, os padrões visuais da antiga Metrópole. Domina-o um medo incrível, uma descrença profunda de nós e de si mesmos.

O espetáculo atual é este: o complexo de inferioridade colonial impede os nossos mestres de aconselharnos os padrões da boa pronúncia oficial portuguesa; o protesto e o ridículo espontâneos da juventude estão de atalaia, à espera de semelhante temeridade; e surge o anedotário imenso contra a fala portuguesa (de qualquer província lusitana, inclusive dos oradores cultos); de outra parte, a nossa fala, sem padrões nem didática, vai vivendo da força ou virtude das suas leis naturais sob o control da censura coletiva difusa, com uma liberdade ampla de se diferenciar mais e mais.

E não se diga que "isto de fonética é o menos."

Fonética é a essência mesma da "linguagem", como natureza. E com ela se há de casar o pensamento. Na fonética estão os "hábitos" de falar, — a fala subconsciente; afinal, os "costumes" de dizer e ouvir coletivos. Abaixo desse subconsciente reside, intransferivelmente, o dinamismo das leis linguísticas. Acima do mesmo subconsciente coletivo, filtrado dele, se cria tudo e apura o sentido de "euforia", — tudo indissociavelmente. A "identificação" do "vocabulo" com seu conteúdo significativo processa-se à revelia de nossa vontade e de nossa consciencia segundo a ação do reflexismo condicional, em constante afinação espontânea.

Afinal, é foneticamente que as almas se encontram. A musicalidade da linguagem humana é o corpo do pensamento. E pela fonética, antes de tudo, pois "a língua é o espaço social do pensamento".

Uma língua que despreza a sua fonética não pode ter por onde surpreender os fatos da linguagem viva e não pode fazer linguística experimental. E para que o faria, se não visa a *explicação* de uma *justificação*?

A linguística européia — não tenhamos dúvida disto — obedece, em primeira intenção, ao "justo" interesse de explicar aos europeus o que os seus costumes de falar estabeleceram, e suas gramáticas codificaram, e seus escritores sublimaram. A seguir aceita, em segunda intenção, a transferência do seu objeto de pesquisa para um pla-

no abstrato: deixa a "história" e passa para a "natureza humana", fazendo linguística geral.

Assim, negando-nos o plano da primeira intenção, os gramáticos indígenas retiram-nos da possibilidade de alcançar o plano da natureza humana...

b) Fala-se muito agora, depois que a ciência acabou com a tirania do "étimo" visual, — impossível em todas as línguas sem escrita, — fala-se agora, freqüentemente, na "vida das línguas". Elas são "fatos", Elas são "funções". Elas moram nos homens que as falam. Elas vêm a eles e delas voltam. Seu âmbito maior é a coletividade. Uma sociedade estável significa, implicitamente, uma língua autônoma. Porque não há coletividade humana fora do plano universal de uma diferenciação, em setores, de novos ensaios simultâneos de humanidade, em passagem constante de *potência* a *ato*, nem fora de uma existência vivendo por si, de algum modo, vivendo de si, enquanto é ela mesma e não as outras. E a língua que expressa em seus matizes mínimos cada um desses ensaios originais em imanência é intransferível e inconfundivelmente própria dela, seja qual for o material instrumentado para a sua exteriorização.

Ora, a queda da tirania visual e o estabelecimento de uma fisiologia e uma sociologia linguística serviram, dentro da cultura, para recolocar as línguas em si mesmas, a saber, em sua função e seu órgão, — em primeiro lugar, — na miniatura do homem que fala e, depois, na extensão normal da coletividade que perpetua e desenvolve, em ritmo secular, cada língua nova.

E com isto as línguas saíram dos livros e da memória visual de algumas dezenas ou centenas de homens, — uma casta em cada nação, — e ganharam toda a extensão geográfica dos povos e o curso de cada história. E afundiram na alma das comunidades, buscando além de sua espontaneidade e simplicidade uma explicação em leis naturais. As línguas estão, para um primeiro contato, nos lábios de quem fala, para ser ouvidas por algum interlocutor. E estão, depois, na continuidade do povo. Se não houvesse outros fatos que provassem o sentido objetivo das nações como algo unido e autônomo, as línguas faladas por elas dariam disto prova exuberante. O sentido das leis linguísticas nos leva

a essa revelação. Ao mesmo tempo que nos explica, *suficientemente*, a uniformidade dos processos linguísticos, haja ou não reitores, gramáticos e filólogos, — trate-se do grego ou do tupi, — também nos ajuda a delimitar uma comunidade humana ao lado de outras: os processos linguísticos inconscientes "acusam" fatores coletivos específicos em cada grupo histórico. Por exemplo: na *Inglaterra*, o "p" inicial latino se transforma em "f"; na *França*, o "c" (a) latino se transforma em "ch"; em *Portugal*, o "pl" inicial se converte em "ch"; no *Brasil*, acendem-se as vogais, e decaí o "r" português; e sibiliza-se o "s" em fim de sílaba, e esmorece a sinalefa, e os pronomes complementos se acentuam, criando nova sintaxe de ordem; e novos "tipos" de *vocabulos* se articulam aos "jogos" silábicos portugueses, por influência do negro e do índio; e a sintaxe, ressentindo-se do dismantelo da morfologia lusitana, refugia-se na ordem direta, preferentemente, e reacende-se o poder aquisitivo, e uma fraseologia exuberante sobe da vida para suprir os lusitanismos caducados, e a nova gente, recuando ao estado de comunidade, — *Gemeinschaft*, — cria trovadores e inicia o seu lirismo ingênuo, — nativo e intraduzível, etc. Cada língua tem sua linguística histórica, somente sua, constituída à revelia de qualquer plano ou "élite" profissional... Não obedece a modelos e, todavia, se estabelece, vencendo tresmalhos e promovendo uniformidade original. Então, partindo de preconceitos rotineiros, ou de apriorismos teóricos, ou de segundas intenções mais ou menos inconfessáveis, ou de simples curiosidade especulativa, poderemos estabelecer "definições" de língua, para determinados usos. Bloomfield, por exemplo, reconhece na língua inglesa a existência de uma "speech community" subdividida em duas "political communities", e isto, sem dúvida, tem fundamento na realidade; mas esconde ou omite, embora sem negar, o fato de que, vistas de perto aquelas duas "communities" políticas, se revelam, também elas, desdobradas do ponto de vista linguístico. O cientista não está isento de interesses de várias ordens. Bloomfield vê as vantagens da unidade linguística entre a Inglaterra e a Norte-América, e busca o seu fundamento. O mesmo estão fazendo certos autores, dentro do mundo "hispânico".

Apenas notamos que o aspecto "ecumênico" de uma língua não pode fundar-se na sonexação da unidade e originalidade linguísticas de cada grupo. Ao lado de Bloomfield, na Norte América, ou de um Júlio Casares, na Espanha, figuram os mestres que ressaltam as diferenças linguísticas paralelas das diferenciações nacionais. Uma coisa não nega a outra. E não são as últimas que estão a exigir o concurso de uma *boa vontade*, como a que Bruneau pediu aos canadenses de língua francesa. (Cf. Léonard Bloomfield, *Language*, 42; Bruneau, *Gram, et Linguist.* passim.)

Finalmente, se quisermos saber até aonde cada um desses dois pontos de vista prevalece sobre o outro, — cada dia mais, — assistamos a uma conversa entre um "inglês" e um "ianque", um "francês" e um "canadense", um "espanhol" e um "argentino", um "português" e um "brasileiro"...

A profecia de um "english" "ecumênico" se desvanece, cada dia, em um "english" e um "american language", ao mesmo passo que o espanhol e o português mudam de fisionomia, fora da Europa.

As ciências modernas da linguagem, por sua vez, estão imprimindo uma forte aceleração nesses processos diferenciadores. São naturais e são históricos... O resto é "post-scriptum" de alianças de guerra ou de comércio. E' alguma coisa. Mas não é tudo. E é o pior. E não resolve nada para a paz humana...

Há sérias razões, certo, para o movimento em contrário — para a boa vontade ecumenicista dos que a buscam no campo da linguagem.

Nós é que não podemos assentir no mesmo intento. Não construímos nada querendo ser menos ou mais do realmente somos, muito menos quando esses propósitos servem mais a uns do que a outros.

No campo da ciência, as omissões linguísticas não encontram arrimo. Sempre que tratamos do aspecto científico da formação e transformação das línguas nos lembramos de Jules Verest e de Marcel Jousse, dois eminentes jesuítas que já se colocaram do lado do "fato" inexorável. O primeiro define linguagem como *pensamento musicado* e estabelece a mais íntima relação entre música e pensamento. Sustenta firmemente a tese de que quem não tem a música de

uma língua está por isto mesmo privado de a possuir, de a penetrar, de expressar-se nela, de ser parte em sua marcha. (Manuel de Littérature, 50 e segs.) O segundo desmoraliza, cientificamente, a bastardice da língua escrita. (Etude de Psychol. linguist., passim).

c) Para encerrarmos essas considerações em torno do valor da fonética, transcrevemos, prazenteiramente, uma pg. do eminente Maurice Grammont: "les changements phonétiques sont les manifestations et les réalisations de tendances que la langue a contractées au cours de sa vie antérieure. Ces changements sont désignés par le nom de *lois phonétiques*. Une loi phonétique est la formule qui note la réalisation d'une tendance. Les changements phonétiques atteignent non les lettres, mais les articulations, *qui seules constituent des réalités linguistiques*. On se sert généralement pour formuler les lois phonétiques du nom des lettres, ce n'est que pour commodité de l'énonciation. Sous ces noms il faut entendre les articulations. Ainsi l'on dira qu'en français, à une certaine date, "s" entre deux voyelles est devenu "z"; ce n'est pas à proprement parler indiquer la condition du phénomène, mais définir l'articulation; car un "s" intervocalique est une autre articulation qu'un "s" initial ou au'un "s" devant consonne. Les lois phonétiques ne valent que pour un lieu et une époque déterminés. Quand une loi a exercé son action, les phonèmes sur lesquels elle opérait n'existent plus dans la langue; s'ils reparaissent un jour par composition, par dérivation, par emprunt, ils peuvent alors subsister tels quels une évolution nouvelle, que ne sera pas forcément la même que la première fois. C'est que la loi phonétique dépend des conditions multiples qui n'ont pas chance de se reproduire deux fois toutes ensemble et identiques. Les lois phonétiques diffèrent en cela des lois physiques, car les conditions des phénomènes physiques restent sensiblement les mêmes au cours des âges pendant lesquels on a pu et on peut les observer. Les lois phonétiques peuvent varier de village à village, parce que l'état linguistique de la langue n'est pas le même et l'état héréditaire des enfants non plus, même dans des localités très voisines; mais certaines lois phonétiques s'étendent sur une

aire très vaste." (*Traité de Phonétique*, pág. 166. — 1933).

Quanta sugestão feliz nos está a facilitar esta exposição!

Primeiro: nossas diferenças fonéticas podem e devem ser tomadas como *atos linguísticos*, independentemente de seu caráter de "ex-portuguesas", ou reflexos deformados da fonética portuguesa. Somos aqui um estado fonético no curso de uma evolução, dentro de nossas condições e como uma hereditariedade especial. Em união destas é que temos de ser linguisticamente considerados. Como fazem os demais estudiosos de outros setores da ciência, quando estudam a realidade brasileira. Na história, não somos "ex-império português", mas uma nação em todo o sentido do termo e em curso autônomo, dentro do sentido de suficiência progressiva, para uma colaboração livre com os outros povos, segundo nossas aspirações e ideais. Se não somos história portuguesa errada, e se estamos politicamente tanto mais certos quanto mais senhores de nossas condições sociais, morais, econômicas e culturais. — porque somente em nossa fala haveríamos de ser *português errado*?

Segundo: não devemos deixar-nos iludir pelo aspecto "literal" de nossa língua escrita. Não há língua nenhuma nas "letras". O que nasce de nós e em nós se consome é a "fala". É de ontem a grafia etimológica. Ainda nos lembramos de seus métodos e de sua vigilância inquisitorial. Nem com o vigor de mais de dois séculos de vida sob a égide do Estado, conseguiu ela grandes frutos. Recuamos agora à grafia fonética. Renunciamos ao "étimo visual". Recolocamos-nos dentro da vida. Fomos ao encontro das leis fonéticas. Sob a direção da ciência. Agora nos "referimos" ao latim, não com o fim de nos vermos "errados", mas para vermos como "chegamos" aonde estamos. Não para envergonhar-nos de não sermos o que outros foram, mas para enriquecer a consciência do que somos hoje. O adulto não é uma criança errada. O adulto não é uma criança enxertada de almos e jantares, mas um homem. Porque a língua do Brasil, expressão do brasileiro, seria a língua portuguesa enxertada de africanismos e indigenismos? Há nesta afirmação um insolente propósito de negação do Brasil, dissolvida em português, índio e negro, aos quais se

confere aí um estranho privilégio de primitividade indissolúvel.

As nossas "letras" não "são" a nossa língua. O fato não está perfeitamente e em primeiro lugar no livro, e em segundo lugar e imperfeitamente em nossa fala. O analfabeto poderá falar corretamente ou belamente, como já fazia notar Júlio Ribeiro. Depende do meio em que viva e dos hábitos de falar que adquira.

No Brasil, milhões de homens falamos, apesar de um número imenso não saber escrever. E a língua que falamos nos basta. E não há escritor tão genial, que absorva e discipline, pessoalmente, toda essa língua, que Azerin considera, com razão, infinitamente mais rica, do que a dos livros consagrados.

As nossas letras, iguais às dos portugueses, simbolizam para nós infinitas gamas vocálicas diferentes das que simbolizam para os portugueses.

E se a fala portuguesa dependesse de ser estudada e escrita pelos portugueses todos, — onde é que andaria agora a língua de Camões?

Essa independência da língua viva, que se basta, sem letraduras, na vida portuguesa, é o paralelo da que defendemos no Brasil, à margem dos acordos e dos vocabulários acadêmicos.

d) Os lusistas inventaram, entre mil outras dissociações artificiais, a da fonética, em duas coisas: *fonética* e *pronúncia*. Deram o primeiro nome ao *alfabeto gráfico* adotado em Portugal e no Brasil. Nêle a língua é comum aos dois povos. Só divergimos um do outro na *pronúncia*, isto é, na fala. — "a só realidade linguística", na frase de Grammont.

Desembucada de seus refólhos, a estranha invencionice pode ser traduzida assim: a língua falada em Portugal e a língua falada no Brasil são a mesma língua no *acôrdo acadêmico de ortografia*.

E' estranho que essa convenção tenha sido feita para manter o Brasil subordinado aos padrões portugueses de linguagem, a saber, ao nosso passado, e tenha redundado numa inversão do propósito que a inspirou: porquanto o acôrdo é posterior às nossas diferenças. Elas é que são o nosso "passado" em relação às regras dêle. Sendo anti-etimológica para Portugal, é etimológica para nós. O etimologista aproximava-se do latim remoto, ao mesmo tempo que se distan-

ciava do espanhol vivo e próximo. O referido acôrdo tudo faz ostensivamente por distanciar-nos de nós e aproximar-nos dos portugueses. Os clássicos latinizadores eram coerentes dentro do seu "criterium" etimológico, segundo o qual a sua língua era tanto mais lógica, mais pura, mais exata, quanto mais recuada ao remoto latim escrito. — *fonte e modelo do português*. Esta era a língua latina clássica, um tanto corrompida no que era portuguesa. Os "acordistas" foram incoerentes dentro do seu critério: fazendo grafia fonética, deslocaram os fundamentos da língua portuguesa do étimo visual para o seu lugar natural, — a fala; e, em seguida, nos aconselharam a abandonar nossa fala, e a correr para os modelos escritos da língua portuguesa.

Em compensação voltaram à coerência quando determinaram que a fonética dos dois povos, — o português e o brasileiro, — era o *alfabeto*, magicamente desmembrado em duas *pronúncias nacionais*. Assim, o tronco de ambas é escrito, — para *ver*; os seus ramos, isto é, as duas falas derivadas do alfabeto é que são para *ouvir*...

c) E aqui nos ocorre uma explicação da máxima importância, — a dos padrões de nossa pronúncia.

Quando, em 1918, Herbert Fortes tomou a peito a estudo de nossa fonética procurou (com os recursos de que podia dispôr) demonstrar que *tôdas* as questões brasileiras até então debatidas estavam mal postas. Em primeiro lugar, eram consideradas isoladamente, em conceitos, quando em cada língua viva tudo é interdependente, organicamente. Em segundo lugar, é falso colocar-se o problema do conhecimento das línguas dentro do plano racional, reflexivo sob a dependência de estudo.

Afirma-se, sem reservas, que "escrevemos" mal (o português), porque não estudamos gramática nem lemos os mestres da literatura (portuguesa). Com isto, infelizmente para os lusistas, — muitos dos quais são bem pouco sinceros com o seu "ideal", — se confessa que a língua portuguesa deixou de ser no Brasil uma língua "natural", antes, — a *língua materna*. É língua materna, em todos os povos da terra, aquela que aprendemos, primeiro, dos lábios de nossa mãe; depois de feita "hábito", disciplinamo-la, — sem sair dela! —

ao contacto social preparatório da escola; e depois, pela vida afóra, vamos enriquecendo-a e aperfeiçoando-a até morrer. De modo que *os padrões de nossa língua são coisas reais, faladas e ouvidas, embora, como padrões que são, estejam no uso cotidiano frequentemente desafinados por indivíduos ou grupos encistados*.

O padrão de nossa fala não pode deixar de ser parte de *nossa fala*. Há de estar em nós como fala e como padrão, a saber, há-de se distinguir, intuitivamente, na variedade de nossas *falas* regionais, familiares e pessoais. E essa distinção há de se revelar auditivamente. E sobretudo, o padrão há de ser "buscado" pela imitação. Ele envolve um sentimento de "melhor", ele é sensivelmente prestigiado; em torno dele gravitam, confluentemente, os seus "relativos" regionais, familiares, pessoais. Então, os padrões de *nossa fala* não devem ser "criados", mas procurados no dinamismo da *fala cotidiana*, onde certamente estão em *estado bruto*, aguardando de nossa parte que primeiro nos sintamos como centro maior de constelações psicológicas, fonte de valores e capazes de valer mais, para que, em seguida, resultem eles como valores-símbolos de nós mesmos e reflexos de nossa alma. Linguisticamente, o padrão é um *fato natural* como os outros que ele controla através da *censura social difusa*, — ponto de partida da *gramática*. Não há preconceito linguístico tão prejudicial, como o que nos leva a atribuir aos padrões de linguagem uma natureza especial. Como articulação oral, nada têm de melhor ou diferente das outras do uso geral. O que faz de um fato linguístico qualquer um padrão é o que ele traduz. Dizemos "viagem", por exemplo, em lugar de "viagem" não é linguisticamente um mal, um vício da fala como função. Aliás, podemos dizer as maiores enormidades linguísticas, sem viciar a nossa fala como dinamismo natural. Assim, dizendo "sábã" por "sabã" ou "sabã", estamos dentro de nossas articulações habituais. Vício é dizermos, forçados, *namnese*, *ptose*, *pneumonia*, e uotros barbarismos eruditos, contra as nossas normas habituais de combinar fonemas. São combinações exclusivas de certas fontes eruditas, que levam à criação de dialetos de casta, absolutamente pedantes. O nosso povo diz *psicologia*

em vez de *psicologia*, por uma coerência natural. Ele está dentro de um "sistema fonético vivo" em que os fatos novos recebem a repercussão de sua unidade dinâmica. Venha o vocábulo de onde vier: atirado na forja viva em que a nossa língua se dinamiza, receberá êle, se aceito, a "refundição" inexorável de nosso dinamismo fonético, — todo unido, organicamente combinado, articulado. Como tal, é êsse dinamismo anterior à *nossa fala*.

Ele é que a funde para cada momento, fazendo mover a sua entronização de modelo-hábitos *contra* modalidades possíveis, ou estranhas, mas difíceis.

f) O lusista imagina, credulamente, que temos "fixos" na memória os fonemas e os vocábulos *de nossa fala*. A verdade é que os produzimos, automaticamente, a cada apêlo de nossa vontade, ou provocação de um estímulo adequado, vindo de fora. Nossa inteligência, presente em tudo de modos diversos, está embebida na obra de arte que nossos *órgãos produtores* do som realizam e emitem a cada momento. E podemos intervir, conscientemente, no seu resultado, como quando promovemos a eufonia e o ritmo do verso. Nunca o fazemos com "tipos" fixados. Na linguagem viva só existem *matrizes em latência*. O que há em nós são hábitos de fazê-las, com mais ou menos atenção e deliberação. E nesse dinamismo atual — esse hábito de fazer *a nossa fala*, — é que se inserem — do lado da natureza, o sentido evolutivo das línguas, e do lado do espírito os aperfeiçoamentos voluntários. Desde que se eliminou em psico-fisiologia a possibilidade da memória-quadro, — impossível numa vida em movimento total e em que tudo passa como matéria num metabolismo incessante, — desde então que a linguagem teve de se interpretar como um hábito de fazer ou um sistema especial de hábitos ou gestos produtores de sons e combinações de sons, segundo leis específicas selecionadas entre as possíveis e generalizadas para cada grupo social. Os lusistas também imaginam, contraditoriamente, que, dado o aparelho fonador, podemos impôr-lhe modificações de toda sorte, porque ele "pode" produzi-los. É falso: esse conceito do aparelho fonador é uma criação ilógica. Na realidade, sobretudo em sentido social, nosso apa-

reelho fonador é limitado ao seu sistema fonético habitual. Ele é "impuissant à modifier à chaque instant la courbe générale de son mouvement. Lorsqu'il prend une position pour la formation d'un son, il se trouve como déterminé par rapport à l'émission des autres". (Louis Lachance, *Philos. du Lang.*, 91. Canadá, 1943). Daí a afirmação unânime dos mestres no assunto com respeito à "unidade viva" de cada língua. "Il n'y a pas de changement phonétique isolé, pas de loi phonétique isolée, et une loi phonétique ne peut être reconnue valable que si elle est d'accord avec les principes qui régissent, au moment où elle agit, le système articuloire de la langue. L'ensemble des articulations d'une langue constitue en effet un système où tout se tient, où tout est dans une étroite dépendance. Il en résulte que si une modification se produit dans une partie du système, il y a des chances pour que tout l'ensemble du système en soit atteint, car il est nécessaire qu'il reste cohérent." (*Traité de Phonétique*, pags. 167, Maurice Grammont. — 1933.) A. Dauzat e Vandryès nos poderiam dar com excelentes argumentos a sua colaboração em apoio desse sentido de unidade e organicidade das partes da linguagem oral. Isto quanto ao recurso abreviado da autoridade. Em verdade, qualquer pessoa medianamente enfronhado em assuntos de linguística pode verificar, experimentalmente ou somente por observação dos fatos da língua viva, que todo o sistema articulatorio desta é formado por uma trama de elementos que se equilibram, se alteram mutuamente dentro de certas pautas, dando à frase uma feição de unidade. Esta unidade da frase é o reflexo de uma combinação admirável dos elementos linguísticos. A influência da tonicidade nas sílabas vizinhas; a irradiação de certas consoantes, como o "r" (no inglês chega a ser tirânico), a posição intervocálica da consoante, etc., denunciam a interpenetração dos elementos constituintes do vocábulo em cada língua. E cada qual delas tem o seu regime. "La direction d'ensemble imprimée aux organes implique une restriction momentanée dans le choix des moyens d'expression. Pour pouvoir les varier à l'infini, il faudrait à tout instant changer la direction initiale, passer d'un registre

à l'autre, comme lorsqu'on s'aventure dans les langues étrangères... Il y a donc... comme une sorte d'équilibre interne, une sorte d'accord entre les phonèmes d'une même langue." (L. Lachance, *Ibidem*, 92.)

g) Mas não é só. Ainda temos outras particularidades, como o ritmo da fala. "Chaque langue a un sentiment plus ou moins particulier de son rythme." (M. Grammont, *Ibidem*, 418.) "De sort que les langues ne sont pas seulement différencées par la sémantique, la morphologie et la syntaxe, mais aussi par cette sorte de transcendental du monde de la matière qu'est le rythme. C'est comme si, à part le rythme émotionnel, le rythme occasionné par l'impression du moment, il y avait un rythme habituel, — naturel ou acquis, — pour chaque groupe d'humains". (L. Lachance, *Ibidem*, 89.)

Na sua maravilhosa monografia, *Etude de Psychol. Linguistique*, Marcel Jousse nos faz ver o ritmo da fala como essencial à sua essência mesma. O autor se firma em centenas de sábios para provar que o ritmo está ligado interiormente à sensibilidade, à afetividade, à compreensão da linguagem e seus efeitos motores. O ritmo habitual da língua materna eleva o próprio tonus global da nossa vida, quando falamos, e nos articula a nosso universo. Importantíssimo na impressão da palavra cuvida é o elemento fundamental na evocação, em geral.

E esse fator fundamental é também um sistema fechado para cada grupo social, com o qual evolve de modo original.

CONCLUSÃO: a fonética e seu ritmo oracional pertencem exclusivamente à língua oral. Por ela e ele é que a língua "plonge par ses racines dans les profondeurs de la conscience individuelle, c'est de là qu'il tire sa force pour s'épanouir sur les lèvres des hommes". (J. Vendryès, *Le Langage*, 420). E se ela e ele são um "todo" no ato da "palavra", e cada povo tem sua fonética e seu ritmo, — nós o destacamos, intencionalmente, — porque somente para a língua falada por quarenta e cinco milhões de habitantes haveríamos de considerar a língua como coisa estranha, ao mesmo tempo que a consideramos a melhor possível para traduzir-nos e comunicarmos entre nós mesmos?

A língua que falamos tem características gerais e características parti-

culares. Assim, ouvindo a "hora brasileira" de qualquer estação de rádio européia distinguimos, instantaneamente, o locutor é brasileiro ou português, embora não possamos indicar a sua província! Exatamente às avessas de uma parte de cultura indígena, que só percebe no falar brasileiro diferenças regionais, e não sabe onde é ele "nacional".

Talvez seja porque até entre sábios se afirma que o "ouvido" tem suas razões que a lógica dos livros não deixa perceber...

h) No entanto, é um linguista estrangeiro o Sr. Gonçalves Viana, que afirma, sem refólhos que, se a nossa toponímia pronominal está generalizada no Brasil e irremediavelmente estabelecida em nosso hábitos, não havendo possibilidade para nenhuma "reação artificial" (*sic*), isto equivale "à produção de um dialeto especial", pois, se há tal resistência no Brasil, é certo, igualmente, que esse fenômeno "em nada afetaria nem poderia jamais afetar o idioma pátrio (*sic*) no seu berço glorioso". (Cf. C. d e Figueiredo, *O Problema da Colocação dos Pronomes*, pág. 8 — 1937).

Veja-se bem tudo que está dito no trecho citado. G. Viana é um linguista de fato. Suas Apostilas, trabalho original e seguro, garantem-lhe o seu título de um dos três ou quatro grandes cimos da linguística portuguesa.

Diz ele que, se geral e irremediável, a nossa colocação de pronomes complementos nos "assegura" o título científico de *dialeto especial*. (*passa o termo*).

E por que o diz? Porque, sendo linguista de fato, sabe que o fenômeno não há de ser "isolado". Resultará, certamente, da criação, entre nós, de um novo "sistema fonético", de infinitas outras repercussões. Tudo a nossa fala estará dirigida por ele. Deste modo, não conseguiremos dobrá-lo, restringendo-o neste ou naquele efeito. Para conseguí-lo, teríamos que remontar às causas — as matrizes-hábitos. A toponímia pronominal portuguesa, por sua vez, é sintaxe, mas resultante do seu regime fonético. Como a sua crase. E a sua sinalefa. Em suma: como todos os fenômenos de metaplasmo portugueses. Tudo, pois, há-de estar mudado ou alterado no Brasil, na esfera da fonética viva. E com esta, a eufonia. E com esta, o ritmo do verso, o balanço da frase, a música oracional.

Como sábio, viu G. Viana que, por um sinal como aquêle, — (todo o nosso regime de ordem pronominal) — poderia concluir, não sentimentalmente, não em homenagem a quem quer que fôsse, mas apenas com espírito científico, sereno e lúcido, poderia concluir que não era possível evitar-se com dissimulações o que não se pode evitar como realidade. E concluiu, com simplicidade, dentro da previsão linguística: onde tal coisa se firmou e generalizou, certamente diferenciou-se a língua primitiva em um dialeto especial. Ao mesmo tempo, sem perder o equilíbrio, faz patriotismo lusitano ainda dentro do espírito científico: tal coisa não afetaria *nem poderia jamais afetar* o idioma luso.

Claro! As alterações da língua brasileira se processam no Brasil ao estímulo de fatores nossos — naturais, étnicos, culturais, econômicos, políticos, etc., — que não coincidem com os que dirigem ou modificam a língua portuguesa no seu berço. E, uma vez estabelecidas aqui, as nossas alterações não podem, atravessar o Atlântico e impor-se à coletividade portuguesa. Logo: não afetariam nem poderiam jamais afetar a língua de Portugal. O ilustre linguista vê a coisa como sábio: não em livro e regra escrita, mas em curso histórico. E infere: nem agora nem jamais. Que quer isto dizer? Impossível não ver o que está dito aí, expressamente. De parte os gramáticos, indígenas, convidamos o resto dos homens vivos do mundo civilizado e de cultura mediana a ler essa importante declaração de G. Viana. Leiamos com simplicidade e sinceridade. Leiamos para entender e entendamos. Não há gramáticos em torno. Leiamos, então, para compreender o sentido das palavras, livres da galeguice de supôr que somos portugueses, só porque o autor o é. Que diz, afinal, o texto de G. Viana? Apenas isto: há de haver no Brasil um dialeto. E porque? Porque a ordem nova na sintaxe dos pronomes não pode ser uma anomalia. Há-de estar dentro de um regime fonético original. Muitas outras alterações análogas há-de haver, portanto, em nossa fala. E essas alterações, se invencíveis no Brasil, são impossíveis em Portugal. Agora e sempre. Pois não há possibilidade de elas brotarem naturalmente no sistema fonético português nem de pegarem nele por artifício. As duas nações marcham divergentemente. Nunca mais serão uma nação única, em sentido vital,

histórico. Suas falas vão com os homens, em afirmações cada vez mais peremptórias e originais, podendo confraternizar com a "humanidade", aliar-se em propósitos de paz, ou de guerra, ou de negócio, mas nunca identificar-se em destino e língua...

Atrás de cada língua — fala, uma história cada vez mais original. Fazendo-a uma alma inconfundível, dia a dia mais consciente de si mesma. Tanto mais capazes de aliança, quanto mais respeitadoras entre si da suprema liberdade de ser quem é e de viver como quiser a sua vida. *Despir um santo para vestir outro* é deslealdade em política e traição em cultura.

Tenhamos presentes no espírito aquelas palavras sábias do eminente escolástico franco-canadense já citado aqui, Louis Lachance:

"Une heureuse évolution du droit international a, au cours de ce dernier quart de siècle, amené les juristes à considérer la nationalité comme un fait social, comme une réalité publique..."

"Les prérogatives que l'on considère comme appartenant de droit à la nationalité sont assez nombreuses, et parmi celles qu'à l'accoutumée l'on place au premier rang, se trouve la langue. On prétend même qu'elle fait partie de ce lot de biens sacrés qui lui sont dus en considération de sa nature, en considération de sa finalité propre..."

"... La langue est un attribut inhérent de la nationalité. Elle se rattache à elle par des liens intrinsèques; elle fait partie de sa personnalité... Spolier un peu de sa langue est donc une infamie". (*Ibidem*, 191-203).

1) Entre as múltiplas e estranhas causas, próximas e sobretudo remotas, da posição de alguns dos nossos gramáticos que fazem de *traduzir* latim literário toda a base de "conhecimento" e "domínio" da língua portuguesa comum a Portugal e ao Brasil, haja o que houver, suceda o que suceder a ambos e a cada um em especial, — acredito que o pior lhes veio de sua formação cívica. Não na tiveram. Cresceram e cristalizaram-se dentro de um ambiente de erudição, sem o mínimo espírito cultural. Ficaram "galeria de aplauso" da civilização. Recebem dela, pronto para o uso, tudo de que necessitam. A na-

tureza paga as contas com seus produtos. E os livros comprados alimentam nessas almas um dilettantismo verbalístico atrabiliário. Continuam lendo, sem aprender. De costas para o Brasil. De frente para um "lôra" ideal. Sem nenhuma sensibilidade pessoal. Ora germanófilos, ora francófilos, ora iancófilos, ora soviéticos, — ora isto, ora aquilo, afinal sempre disponíveis. Impotentes para ser o que acham bom ou bonito. No íntimo, pessimistas.

Lendo francês, sentem-se como se o fôsem. O mesmo lendo inglês. Mais ainda se a língua fôr mais difícil e menos conhecida, — por exemplo, latim, grego, alemão, russo... não importando que seja ela viva ou morta...

Assim, lêem os modernos autores de linguística, psicologia e sociologia linguísticas e ficam onde estavam. Continuam a distinguir uma língua de outra, segundo processos os mais mirabolantes. Porque não têm ânimo de assimilar os mestres novos e surpreendentes de sua especialidade?

Ora, a verdade é que todos os linguistas europeus buscam pelas ciências da linguagem "explicar" — acima de tudo! — a infinita complexidade de sua própria língua e do seu conteúdo de valores. A linguística geral, — humana — que subtraem de sua linguística histórica, é mais uma pedra em seu benefício. Quando falam de "sociedade", "comunidade", "grupo social", "história", estão pensando em cheio no seu caso. Trabalham para si em primeiro lugar. A observação imparcial dos três últimos séculos da civilização ocidental apresenta este caráter fundamental: cada povo se empenha, afincadamente, em fazer-se e conhecer-se a si mesmo, em melhorar de vida, não raro com iniquidades e misérias as mais nefandas contra outros. Em si mesmos vêem a humanidade. Até colaborando para o bem geral, buscam beneficiar-se primeiro ou antecipadamente. Fazem proselitismo de toda sorte: aberta ou dissimuladamente. Mas não cochilam neste afan, nem de dia nem de noite. Nem vendendo nem comprando. Nem pagando nem cobrando. Nem mesmo dando.

Nas altas esferas do espírito, fazem prodígios. E dividem a ciência em setores nacionais, em competição.

Dai saem os autores que nossos gramáticos lêem. E cuja influência re-

cebem, indefesos, inermes, com alegria infantil. E não vêem como se desvençillar disto, porque se sentem felizes de os repetir. E em lugar de cultivarem-se, embotam-se. Não encontrando em si nem em roda de si nada do que lêem, envergonham-se de si mesmo e fogem de si e do seu meio, fixando-se na pura memória dos outros. E' este o seu mundo interior. Sublimam-se em atitude conceitual. E ficam receiosos de cair. Seus livros são refúgios instintivos de sua preconceitualização. Arrolham-se neles. São o seu laboratório de frases.

Consideraremos as nações civilizadas por esses resultados à distância? Seria, de nossa parte, uma incompreensão brutal semelhante juízo.

A Europa está passando por uma crise difícil — muito difícil. A Europa e tudo que dimana de sua situação. Mas não podia evitá-lo. O espírito científico dominou-a, maravilhou-a. E esse espírito se caracteriza pelo pormenor. E' o espírito de análise, de divisão, de discernimento da "indigesta variedade" da natureza, na expressão feliz de W. James. E desceu com toda a alma de si mesma, para se nivelar com a diversidade e a instabilidade das coisas. Havia resultados nesse sacrifício. Esses resultados vinham a talho para suas urgentes necessidades temporais. Não podia deixá-los perder. Desprezou o perigo de *perder-se*, para não perder o ensêjo de *encontrar*. E faz-se prática, sibarita, hedonista.

Procurando no passado europeu o sentido remoto do que lhe vem sucedendo em nossos dias, descobrimos, alarmados, o profundo egoísmo e o arrogante orgulho de sua marcha imponente para o fausto. E todo fausto é uma véspera de tragédia. E a tragédia veio imponentemente proporcional à sua causa...

Imagine-se, agora, a ingenuidade do nosso gramático afundada incautamente nesses subsolos morais do espírito europeu a que ele deu o corpo e a alma, na certeza mística de assim depurar-se de suas impurezas e entrar no cortêjo majestoso da civilização. Chegou ao apagar das luzes.

Poderá, nesta hora, verificar, talvez com alegria, que nem tudo conseguiu de quanto projetou. Não conseguiu a sua imolação total.

Resta-lhe a possibilidade de valorizar o que lhe sobrou do seu esforço...

Sala das Sessões, 31 de setembro de 1947. — *Altamirando Requião*.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

756 - 1947 -

Junia

Projeto

art. 1

San. parca

OBSERVAÇÕES

11

11

DOCUMENTOS ANEXADOS: